

Este caderno

Entre os dias 6 e 8 de Março de 2014, realizou-se na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa, um Colóquio Internacional comemorativo do centenário do dia 8 de Março de 1914 (*cf.* <http://estranharpessoa.com/programa>), que contou com a participação de cerca de cinquenta estudiosos e académicos de diferentes proveniências e áreas de especialização, em torno da obra de Fernando Pessoa. Esse dia – como é do conhecimento geral em Portugal, visto que é matéria do Ensino Secundário – foi baptizado por Pessoa como *o dia triunfal* da sua vida. A premissa que justificava tal designação, exposta por Pessoa em carta de 13 e 14 de Janeiro de 1935 a um dos seus primeiros leitores críticos, Adolfo Casais Monteiro (*cf.* “A célebre carta — Imagens de uma cópia suplementar”, pp. 102-110), é que no 8 de Março de 1914 o autor teria escrito a maior parte dos poemas que haveriam de formar o conjunto poético *O Guardador de Rebanhos* – obra maior de Alberto Caeiro –, uma longa Ode de Álvaro de Campos e, ainda, seis poemas assinados com o próprio nome de Fernando Pessoa. Nesse mesmo dia, Pessoa teria compreendido definitivamente e estipulado para si mesmo o tipo de relação que reuniria os nomes de Caeiro, Campos, Pessoa e Reis como constituintes de um conjunto de obras poéticas interdependentes.

O Colóquio, organizado pelo projecto crítico e editorial *Estranhar Pessoa* – que, como o título indica, se funda numa marcada tendência para exercer a suspeita –, teve como primeiro propósito reflectir sobre a própria natureza do que naquela data poderia ser susceptível de comemoração. Muito longe de se prestar à efeméride laudatória de um possível acontecimento histórico ou à prática de acusar homens célebres de mentirosos desavergonhados, boa parte das comunicações apresentadas durante os dias do Colóquio dedicaram-se à revisão do modo como aquela data veio a ter, para um grupo – cada vez maior – de leitores de Fernando Pessoa, um significado próprio, que a fez destacar-se, mesmo quando oposta a outras datas, tais como 13 de Junho de 1888 ou 30 de Novembro de 1935, e sobretudo em contraste com as de 8 de Março de 1913 ou de 1915. A reconstrução, por diversos métodos, dos acontecimentos presumivelmente ocorridos num quarto de aluguer da Rua Passos Manuel em Lisboa, no dia 8 de Março, revela-se um dos focos de interesse a respeito do significado de tal data, porém não o único. Tendo presente que esta enunciação temporal, isto é, “8 de Março de 1914 na vida e/ou na obra de Fernando Pessoa”, adquiriu as suas conotações particulares devido à recepção por parte dos leitores de um texto no qual Pessoa afirmava que precisamente nesse dia algo de memorável

realmente se teria passado, a questão da *memorabilidade* do dia torna-se assunto inseparável da leitura desse texto, redigido, auspiciosamente, a escassos onze meses da morte do autor e a mais de vinte anos da data dos acontecimentos narrados. Portanto, o que quer que se tenha passado – invariavelmente dependente daquilo sobre o qual possamos desenvolver alguma certeza – vê-se obrigado a conviver com o que um texto particular, muito lido na actualidade e de características específicas que o leitor pode pretender saber identificar, diz que se passou. Nesta conjunção, o leitor recebe a tarefa de avaliar o quão significativo resulta este contraste, e de reunir informações que podem manter entre si relações de continuidade não pacífica. A carta a Casais Monteiro é, essencialmente, um texto que pretende inculcar em certos leitores um modo de ler outros textos, ao mesmo tempo que refere o modo como ela própria deverá ser lida. A relação entre as duas formulações, uma vez mais, requer um leitor disposto a reconhecer disjuntivas e a tratá-las como tal.

Neste caderno foram reunidas seis das participações dos estudiosos no Colóquio, seleccionadas por terem focalizado a questão da descrição, revisão e significação da data de 8 de Março de 1914 enquanto conteúdo semântico. Este conteúdo tem várias componentes, que surgem aqui renovadas e detalhadamente discutidas nas posições dos seis críticos, como sejam a adequação de acontecimentos literários a factos reais, a relação entre descobertas da Filologia e uma possível verdade histórica, ou o valor puramente literário do evento. Independentemente da sua maior ou menor adequação ao que, de facto, se poderá ter passado nesse dia, sobre “uma cómoda alta” de um quarto da Rua Passos Manuel em Lisboa, a data que por metonímia designa o evento existe como elemento iniludível da actual compreensão da obra de Pessoa. A narrativa de uma génese do literário é estruturante da própria noção de obra em Fernando Pessoa, nos termos nos quais hoje é conhecida e que tem tido uma dinâmica transformação desde 1935 até hoje. De facto, o acontecimento narrado que marca a criação de figuras que assinam obras próprias tornou-se um evento destacado do Modernismo, e faz hoje parte da própria história da cidade de Lisboa em termos que misturam despreocupadamente realidade e ficção.

O “8 de Março de 1914” é aqui abordado sob diferentes perspectivas, nem sempre se apresentando como um diálogo progressivo, com afirmações e respostas, que propõem um desenvolvimento subsequente, mas principalmente como uma abordagem multifocada de um mesmo ponto. No primeiro artigo, Ivo Castro – protagonista da história da significação que o conceito de dia triunfal tem tido, nos Estudos Pessoaanos, ao longo dos últimos trinta anos –, vem lembrar a tensão fundacional da linguística moderna na relação entre significante e

significado sob a forma do signo linguístico, para se ocupar, em seguida, do problema das implicações hermenêuticas das informações contidas na carta pessoana. Esta aproximação revela, através de uma pesquisa filológica exaustiva, que destaca a impossibilidade factual da escrita de “trinta e tantos poemas a fio” no dia 8 de Março, a disjunção entre informações históricas e materiais e considerações interpretativas, que sem resolver sob a forma de juízo definitivo as implicações do estatuto que a informação cronológica tem adquirido abre o caminho para a descrição cuidadosa dos elementos disponíveis.

Seguidamente, Richard Zenith ocupa-se de modo elíptico dos elementos que compõem a narrativa do dia triunfal, por meio de uma exaustiva reconstrução da história da composição de um dos seus protagonistas, Ricardo Reis. Dita reconstrução apresenta uma revisão exaustiva dos materiais que hoje formam a presença de Ricardo Reis no espólio de Fernando Pessoa, tornando visível uma complexa contraposição de projectos inacabados, potencialidade e realização, e múltiplas descrições peremptórias, que visam fundar uma identidade reconhecível para um tal nome de autor. O desenvolvimento individual da figura de Reis é contribuinte e simultaneamente beneficiário da estruturação do conjunto de autores que Pessoa, em 1935, descreveu como uma realidade estável e susceptível de ser historiada, pelo menos desde 1914.

Nuno Amado encontra no Oitavo Poema de *O Guardador de Rebanhos* a narrativa do dia triunfal de Alberto Caeiro, momento onírico em que o *mestre* que apareceu a Pessoa a 8 de Março de 1914 recebe a visita de um Menino Jesus engenhoso, que fugiu do céu e se dedica a travessuras na Terra. Numa análise que inclui numerosas referências a outros poemas do ciclo, e na qual o Oitavo Poema se torna uma espécie de relato da génese dos restantes poemas do ciclo, é proposta a leitura deste Menino Jesus enquanto figura messiânica, simultaneamente humana e divina, que vem educar Caeiro, revelando-lhe a verdade sobre o divino e tornando-se assim *mestre do mestre*.

Mariana Gray de Castro explora o confronto entre o prefácio do poeta inglês Samuel Taylor Coleridge ao seu poema “Kubla Khan” e a carta de Fernando Pessoa a Adolfo Casais Monteiro. A autora propõe que Pessoa terá *roubado* ideias de Coleridge a respeito do génio, da inspiração, da criatividade e da interrupção, transformando-as no seu processo criativo. O confronto entre a obra de Pessoa e de Coleridge, que o poeta português já antecipava num artigo intitulado “O Homem de Porlock”, publicado em 1934, vê-se assim ampliado pela verificação de uma apropriação criativa do texto de Coleridge em diversos elementos da descrição pessoana do dia triunfal.

Flávio Rodrigo Penteado propõe, em mais uma leitura detalhada do texto da famosa carta a Casais Monteiro, assim como de alguns dos seus principais comentadores, uma abordagem deste texto no âmbito de questões específicas do discurso epistolar. Tomando como ponto de partida uma frase do próprio crítico da *presença*, numa carta remetida para os seus pais apenas alguns meses após a famosa troca de correspondência com Pessoa e um mês antes da morte do poeta, segundo a qual “A epistolografia é uma arte que tem por fim tornar mais complicado o que as pessoas mutuamente se dizem”, o artigo analisa as possibilidades de construção linguística e ficcional que a carta enquanto género literário e esta carta em particular albergam.

Pedro Tiago Ferreira, por seu lado, avança uma tese arrojada sobre a possível ilegalidade da publicação da carta a Adolfo Casais Monteiro de 13 e 14 de Janeiro de 1935 e consequentemente de toda a crítica que sobre ela versa, por contribuir, ainda que indiretamente, para a sua divulgação. Tendo por base uma argumentação de âmbito jurídico, são analisadas as possíveis consequências de uma revogação do direito de publicação e citação da carta por parte dos herdeiros de Pessoa, tomando como argumento o facto de nela serem discutidos aspetos da vida privada do seu autor, que no caso do último trecho sobre o ocultismo tinha deixado ao seu interlocutor indicação explícita proibindo a sua publicação. As consequências de uma tal revogação atingiriam, neste sentido, todo este nosso caderno temático sobre o dia triunfal de Fernando Pessoa, e a crítica pessoana na sua globalidade, declarando ilegal todo o discurso em torno de um dos documentos maiores do Modernismo, e trazendo a primeiro plano uma invulgar reflexão sobre os limites do público e do privado nos Estudos Literários.

Os artigos aqui reunidos abordam a questão “8 de Março de 1914” tanto a partir de uma perspectiva filológica que procura o significado dessa enunciação nas relações entre manuscritos e acontecimentos históricos, como entregando-se à recuperação de indícios variados que ao serem reunidos fundam possibilidades interpretativas. Aqui, o significado também é procurado na relação de um texto com outros, e a exploração das possibilidades que a configuração de um ciclo poético tem para a leitura de cada uma das suas partes. A leitura dos textos aqui tratados supera as barreiras da obra de Pessoa e aborda outros autores, que, a seu modo, exerceram práticas semelhantes e desafiaram os seus leitores com propostas equivalentes, que Pessoa não desconhecia. Neste volume reflecte-se sobre o tipo de implicações que uma determinada forma de escrita pode possuir para a sua leitura e sobre as características particulares que ditas formas trazem implicitamente para a compreensão do conteúdo desenvolvido nelas. Este interesse

levanta, necessariamente, reflexões sobre a participação do leitor na “correspondência” de formas escritas e modulações da comunicação, levadas até ao ponto das suas consequências legais.

Finalmente, este volume inclui uma sintética bibliografia crítica, elaborada pelos editores (*cf.* pp. 100-101), que tenciona reunir as fontes mais significativas por detrás dos artigos aqui publicados acerca do *dia triunfal*, juntamente com outras referências relevantes para quem estiver interessado em abordar criticamente esta questão fundamental, tanto para a obra de Fernando Pessoa como, por meio desta, para os Estudos Literários.

Pedro Sepúlveda e Jorge Uribe

Lisboa — Belo Horizonte, Outubro de 2014